



Copel Renováveis S.A.

CNPJ/MF 19.126.003/0001-02

NIRE: 41300088276

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional.....	9
2 Base de Preparação.....	9
3 Principais Políticas Contábeis	10
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	13
5 Transações com Partes Relacionadas	14
6 Benefícios Pós-Emprego.....	15
7 Patrimônio Líquido	19
8 Despesas Operacionais	19
9 Resultado Financeiro	20
10 Instrumentos Financeiros	20
11 Provisões	21
12 Seguros	21
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	22
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL	25
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Copel Renováveis S.A (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), constituída em 2013 com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis.

Em 2017, a Copel, objetivando a otimização da gestão de custos, iniciou um processo de reestruturação organizacional, com a transferência das atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A.

A Administração da Companhia, após orientações recebidas da Controladora, deu início ao processo de incorporação das atividades operacionais e a versão de seu patrimônio para a acionista.

Eduardo Vieira de Souza Barbosa

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo VAGA EM ABERTO
Membro ANA LETÍCIA FELLER

CONSELHO FISCAL

Presidente GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
Membros Titulares DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA
CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO
Membros Suplentes JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR
OTAMIR CESAR MARTINS
JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor Adjunto VAGA EM ABERTO

CONTADOR

CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.332	3.394
Outros créditos		-	2
Imposto de renda e contribuição social		247	140
Outros tributos a recuperar		138	138
Partes relacionadas	5	18.659	26.597
		28.376	30.271
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		323	307
		323	307
Imobilizado			
Intangível			
		288	349
		582	661
		1.193	1.317
TOTAL DO ATIVO		29.569	31.588

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	31	2.096
Fornecedores		32	63
Imposto de renda e contribuição social		9	-
Outras obrigações fiscais		3	10
Benefícios pós-emprego	6	31	31
Outras contas a pagar		5	6
		111	2.206
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		323	306
Benefícios pós-emprego	6	386	497
		709	803
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	7.1	39.049	39.049
Ajustes de avaliação patrimonial	7.2	1.783	1.646
Prejuízos acumulados		(12.083)	(12.116)
		28.749	28.579
TOTAL DO PASSIVO		29.569	31.588

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais	8	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		-	-
Outras Despesas Operacionais	8		
Despesas gerais e administrativas		(457)	(1.664)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(959)
		(457)	(2.623)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(457)	(2.623)
Resultado Financeiro	9		
Receitas financeiras		502	356
Despesas financeiras		(3)	(1)
		499	355
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		42	(2.268)
Imposto de renda e contribuição social		(9)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		33	(2.268)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		33	(2.268)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	7.2	137	2.069
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		170	(199)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		29.049	10.000	(423)	(9.848)	28.778
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.268)	(2.268)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	7.2	-	-	2.069	-	2.069
Resultado abrangente do exercício		-	-	2.069	(2.268)	(199)
Recebimento de adiantamento		-	-	-	-	-
Aumento de capital		10.000	(10.000)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		39.049	-	1.646	(12.116)	28.579
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33	33
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	7.2	-	-	137	-	137
Resultado abrangente do exercício		-	-	137	33	170
Saldo em 31 de dezembro de 2018		39.049	-	1.783	(12.083)	28.749

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		33	(2.268)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias		(17)	-
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	6.4	56	229
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	6.4	(1)	795
Depreciação e amortização	8	89	58
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	8	-	959
Imposto de renda e contribuição social		9	-
Resultado das baixas de intangível		51	-
		220	(227)
Redução (aumento) dos ativos			
Depósitos judiciais		1	(80)
Outros créditos		2	254
Imposto de renda e contribuição social		(107)	(69)
Outros tributos a recuperar		-	(43)
Partes relacionadas		7.938	550
		7.834	612
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(2.732)
Partes relacionadas		(2.065)	1.142
Fornecedores		(31)	(234)
Outras obrigações fiscais		10	69
Benefícios pós-emprego	6.4	(29)	(827)
Outras contas a pagar		(1)	(1.056)
		(2.116)	(3.638)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.938	(3.253)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(19)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.938	(3.272)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		-	(94)
Aquisições de intangível		-	(136)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	(230)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.938	(3.502)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.394	6.896
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	9.332	3.394
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.938	(3.502)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Renováveis S.A (“Companhia” ou “Copel Renováveis”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem como objeto gerar, transmitir e comercializar energia oriunda de fontes que possuam capacidade de regeneração por meios naturais, bem como estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e transmissão de energia das fontes descritas; e prestar serviço de consultoria e engenharia, dentro de sua área de atuação.

1.1 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração da Companhia, após orientações recebidas da Controladora, deu início ao processo de incorporação das atividades operacionais e a versão de seu patrimônio para a acionista.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16.04.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.1 e 10 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 6 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2018 e 2017 não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

3.3 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.4 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.5 Novas normas adotadas a partir deste exercício

O CPC 48/IFRS estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A adoção inicial não trouxe impacto nos ativos e passivos financeiros se comparado a 31.12.2017.

3.6 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;
- (ii) CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados;

- (iii) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (iv) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.6.1 CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente; e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia não terá impacto na adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

3.6.2 ICPC22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	499	349
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.833	3.045
	9.332	3.394

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 98% e 99% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	-	24
Entidades sob controle em comum		
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	1.161	1.162
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	1.177	1.177
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	1.468	1.470
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	1.124	1.125
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	1.652	1.654
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	985	987
Ventos de Santo Uriel S.A.	691	691
GE Boa Vista S.A.	675	675
GE Farol S.A.	989	991
GE Olho D'Água S.A.	1.533	1.536
GE São Bento do Norte S.A.	1.455	1.457
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	152	343
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	120	273
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	115	263
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	85	195
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	77	173
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	71	162
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	489	1.103
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	460	1.042
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	485	1.094
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	1.149	2.583
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	431	971
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	1.102	2.480
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1.013	2.280
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	183
Copel Distribuição S.A.	-	494
Outras	-	9
	18.659	26.597
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	(6)	(977)
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(9)	(22)
Copel Distribuição S.A.	(16)	(55)
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	-	(947)
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	-	(88)
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	-	(7)
	(31)	(2.096)
	18.628	24.501

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE nº 6, cujos saldos do passivo são apresentados na NE 6.4.

6 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia mantém planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para aposentados e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. Em 31.12.2018 a Companhia não possuía empregados ativos.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

6.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da controladora.

6.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados aposentados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

6.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Planos previdenciários	-	-
Planos assistenciais	417	528
	417	528
	Circulante	31
	Não circulante	386
		31
		497

6.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2017	2.400
Apropriação do cálculo atuarial	229
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	795
Ajuste referente a ganhos atuariais	(2.069)
Amortizações	(827)
Em 31.12.2017	528
Apropriação do cálculo atuarial	56
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	(1)
Ajuste referente a ganhos atuariais	(137)
Amortizações	(29)
Em 31.12.2018	417

6.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

6.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2018 e 2017, estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	4,00%	-	4,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Plano Unificado	4,60%	8,78%	5,18%	9,91%
Plano III	4,60%	8,78%	5,18%	9,91%
Plano Assistencial	4,60%	8,78%	5,18%	9,92%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	2,00%	6,08%	2,00%	6,59%
Plano III a.a.	1,50%	5,56%	1,50%	6,07%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

6.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2018		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21
Em 31.12.2017		
Participantes aposentados	14,92	23,01
Participantes pensionistas	16,37	27,99

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 67,3 e 66,8 anos.

6.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e do Plano III para 31.12.2018 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 286 e de R\$ 114, enquanto que, em 31.12.2017, a posição era, respectivamente, de R\$ 313 e de R\$ 343. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2018, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.714	7.647	492	11.853	10.959
Valor justo dos ativos do plano	(4.000)	(7.761)	(75)	(11.836)	(11.087)
Estado de cobertura do plano	(286)	(114)	417	17	(128)
Ativo não reconhecido	286	114	-	400	656
	-	-	417	417	528

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2018, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 137, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

6.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2017	7.387	4.306	2.917
Custo de serviço	-	-	68
Custo dos juros	840	487	332
Benefícios pagos	(287)	(525)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(4.495)	2.613	(2.684)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017	3.445	6.881	633
Custo de serviço	-	-	3
Custo dos juros	342	684	63
Benefícios pagos	(263)	(475)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	190	557	(207)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018	3.714	7.647	492

6.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2017	8.432	5.621	519
Retorno esperado dos ativos	352	635	15
Contribuições e aportes	22	-	-
Benefícios pagos	(288)	(525)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(4.760)	1.493	(429)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017	3.758	7.224	105
Retorno esperado dos ativos	377	822	10
Contribuições e aportes	15	32	-
Benefícios pagos	(263)	(475)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	113	158	(40)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018	4.000	7.761	75

6.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2019, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	2019
Custo estimado dos juros	347	707	46	1.100
Rendimento esperado do ativo do plano	(417)	(649)	(10)	(1.076)
Custos (receitas)	(70)	58	36	24

6.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(79)	79
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	34	(32)

6.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2019	225	459	31	715
2020	215	439	30	684
2021	205	420	28	654
2022	196	401	27	625
2023	188	384	26	597
2024 a 2048	2.368	4.796	322	7.485

6.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2018 e a alocação-meta para 2019, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2019	2018
Renda fixa	77,8%	87,8%
Renda variável	5,7%	7,0%
Empréstimos	2,0%	1,6%
Investimentos imobiliários	3,8%	1,6%
Investimentos estruturados	8,1%	2,0%
Investimentos no exterior	2,6%	0,0%
	100,0%	100,0%

A seguir são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,0%	57,0%	60,0%	33,0%
Renda variável	2,5%	1,0%	10,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	4,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	3,0%	1,0%	5,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2018, de R\$ 39.049 (R\$ 39.049, em 31.12.2017) é composto por 39.048.754 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

8 Despesas Operacionais

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal e administradores	(88)	(1.288)
Planos previdenciário e assistencial	(62)	(41)
Material	(36)	(28)
Serviços de terceiros	(175)	(230)
Depreciação	(89)	(58)
Provisão para passivo a descoberto em controlada	-	(959)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(7)	(19)
	(457)	(2.623)

Os custos registrados referem-se a manutenção da estrutura administrativa da Companhia que deixaram de ser rateados com demais partes relacionadas a partir de 1º.09.2017

9 Resultado Financeiro

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	522	368
Outras receitas financeiras	4	5
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(24)	(17)
	502	356
(-) Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	3	1
	3	1
Líquido	499	355

10 Instrumentos Financeiros

10.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	9.332	9.332	3.394	3.394
Passivos Financeiros (Custo amortizado)						
Fornecedores (a)		1	32	32	63	63

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

10.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

10.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

10.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

11 Provisões

A Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo a incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo está registrado no passivo não circulante, na rubrica de Outras obrigações fiscais no montante de R\$ 323.

12 Seguros

A Companhia, junto com sua Controladora, contratou apólice de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O no valor de R\$ 86.870 com vencimento em 28.03.2020. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Tel.: + 55 (41) 3312-1400
Fax: +55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Renováveis S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia deu início ao processo de incorporação das atividades operacionais e à versão de seu patrimônio para a Copel Geração e Transmissão S.A (controlada da Companhia Paranaense de Energia - Copel). Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a Administração da Companhia iniciou o processo de reestruturação organizacional, transferindo as atividades operacionais da Copel Renováveis para a Copel Geração e Transmissão S.A (controlada da Companhia Paranaense de Energia - Copel) e, adicionalmente, não possui operações, mas avalia uma potencial alteração no seu objeto social ou até mesmo o encerramento de suas atividades. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Em decorrência disso, o Relatório de Administração pode apresentar possíveis distorções relevantes pela mesma razão.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE
2018 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Renováveis S.A. - Copel REN, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido com ressalvas em relação ao exercício de 2018, especificamente quanto à capacidade de continuidade operacional desta Subsidiária Integral, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

/s/

DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA

/s/

CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE elabora o Relatório Anual da Companhia em conjunto com o da Companhia Paranaense de Energia - Copel, consolidando as informações de todas as subsidiárias diretas e indiretas.

A íntegra do Relatório Anual está publicado com as Demonstrações Financeiras da Copel e também no site <http://ri.copel.com/ptb/reunioes-dos-comites>.